

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

RURALIDADES PRECÁRIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

Rosemeire Aparecida Scopinho; Thainara Granero de Melo

RESUMO

O artigo analisa o acesso às políticas públicas e a configuração do trabalho de famílias assentadas como partes articuladas das estratégias por elas desenvolvidas para obter renda, bem como as avaliações dos sujeitos sobre o processo vivido. Estudamos o caso de um assentamento rural implantado em meados dos anos 2000 na região de Ribeirão Preto-SP por meio de análise bibliográfica e documental, observações diretas e entrevistas semiestruturadas. A dependência crônica dos recursos oriundos das políticas públicas de assentamento rural e assistenciais e a re proletarização colocam em questão a melhoria das condições de vida e a autonomia pretendida pelos trabalhadores ao ingressarem na luta social pela reforma agrária.

Palavras-chave: assentamento rural; políticas públicas; trabalho e pobreza

PRECARIOUS RURALITIES, PUBLIC POLICIES AND WORK IN RURAL SETTLEMENTS AT THE REGION OF RIBEIRÃO PRETO-SP

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the access of rural settled families to public policies and their working settings as articulated parts of their strategies to generate income, as well as their evaluations of the process they have lived. We studied the case of rural settlement established in the mid-2000s in the region of Ribeirão Preto, São Paulo State, through bibliographical and documentary analysis, direct observations and semi-structured interviews. The chronic dependence on resources from both policies of rural settlements and assistance and re-proletarianization call into question the improvement of living conditions and the autonomy desired by the workers at the time when they enter in the social struggle for land reform.

Key words: rural settlement; public policies; work and poverty.

Doutora em Sociologia. Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, E-mail: scopinho@ufscar.br.

Doutoranda em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, E-mail: thainaragm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva, deflagrado com as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1990, aliado às demandas de solução dos problemas socioambientais gerados pela monocultura, evidenciou-se nas regiões agroindustriais com a mecanização das lavouras e a informatização dos processos industriais e de serviços que compõem as agroindústrias. Particularmente na agroindústria canavieira, a reestruturação tecnológica e organizacional resultou em concentração de terras e de capitais, processo protagonizado pelo capital transnacional, e na comoditização dos produtos agrícolas, o que agravou a questão social porque gerou desemprego estrutural, intensificou o trabalho dos que permaneceram empregados, fez crescer o mercado de trabalho informal e as modalidades de contratação precárias. Na virada do século XX, no mote da intensificação da luta pela reforma agrária, os trabalhadores canavieiros enfrentaram o poder econômico e político do agronegócio e dinamizaram as lutas sociais pela melhoria das condições de vida em regiões que têm sido cenários privilegiados das transformações estruturais do rural brasileiro (Scopinho, 2012; L'Éstoile; Sigaud, 2006).

A política de assentamento rural implantada nessas regiões pode ser entendida como uma resposta do Estado às pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos demandantes de terra em razão do desemprego estrutural no campo e na cidade. Para além da posse ou da propriedade da terra, os assentamentos têm sido concretizados por meio de um conjunto de políticas públicas chamadas por Gomes e Ferrante (2012) de básicas primárias - iluminação, habitação, saneamento básico, abastecimento de água e fomentos iniciais - e básicas secundárias - crédito para a produção, infraestrutura de educação, de saúde e de lazer. Com recursos do Banco Mundial, os Programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria juntaram-se a este conjunto, a exemplo dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e os de transferência condicionada de renda, que pretendem solucionar os problemas decorrentes da falta de trabalho e/ou do trabalho precário e da situação social de precariedade, notadamente, a fome e a miséria (Menezes; Santarelli, 2013). Assim, os assentamentos também podem ser entendidos como comunidades que recebem subsídios e incentivos por meio de políticas públicas de várias modalidades, contributivas ou não, cujo processo de implantação e gestão pode envolver os diferentes níveis de governo e organizações não governamentais, que ficam sob a tutela do Estado por meio do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até que possam ser emancipadas, ou seja, que tenham autonomia econômica e social.

Na região de Ribeirão Preto-SP, uma das regiões agroindustriais mais importantes do país, a experiência organizativa dos assentamentos rurais criados a partir dos anos 2000 é contraditória porque o acesso à terra e aos recursos de políticas públicas não, necessariamente, tem significado a pretendida emancipação. Depois de mais de uma década, os trabalhadores rurais assentados (doravante assentados) ainda enfrentavam problemas relacionados à falta de documentação para garantir a permanência na terra, à insuficiência de créditos para investimento e de canais regulares para comercializar, à falta de assistência técnica e de infraestrutura básica - água, condições para o processamento e o armazenamento de produtos, saneamento básico, entre outros (Scopinho, 2012; Gonçalves, 2015; Melo, 2015; Boreli Filho; Ferrante, 2010). Os ganhos econômicos, políticos e subjetivos da luta social pela reforma agrária misturavam-se à insegurança social generalizada dada pela instabilidade da renda, o que não contribuía para solucionar ou amenizar a situação de pobreza que a motivou. Verificava-se uma tendência à reproletarização dos assentados em busca de renda (Firmiano, 2014), intensificava-se a migração pendular assentamento–cidade–assentamento em busca de trabalho e a dependência dos programas governamentais.

No campo interdisciplinar dos estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, a literatura tanto aponta os problemas estruturais que limitam e condicionam o desenvolvimento dos assentamentos, quanto analisa com otimismo o alcance das políticas recentemente implantadas como medidas de controle da pobreza, especialmente a capacidade dos mercados institucionais por elas criados para dinamizar a rede de relações econômicas e sociais que os envolvem. Porém, são escassas as análises sobre como os sujeitos vivenciam o processo de implantação das políticas, as suas dificuldades de acesso aos programas e recursos, os descompasso existentes entre as diferentes esferas de governo por elas responsáveis, as interferências dos agentes mediadores no processo de aplicação e gestão dos recursos, entre outras lacunas. Procurar supri-las é importante para melhor aferir os resultados concretos na melhoria das condições de vida desses trabalhadores que, mesmo depois de assentados e inseridos no mercado de trabalho, permanecem abaixo da linha da pobreza (Brasília, 2011). É também importante para compreender as formas de participação e de controle social desenvolvidas pelos sujeitos, como sugerem Grisa e Schneider (2014).

Como a participação dos assentados nas diferentes modalidades de políticas públicas implantadas nos assentamentos coexiste com o trabalho precário, realizado na cidade e no campo? Como eles avaliam essas experiências e que formas de controle social eles desenvolvem em função delas?

O artigo analisa o acesso às políticas públicas e a configuração do trabalho de famílias assentadas como partes articuladas das estratégias por elas desenvolvidas para obter renda, bem como suas avaliações sobre o processo vivido. Ele deriva de pesquisa empírica realizada entre 2014 e 2016 em um assentamento rural localizado na região de Ribeirão Preto-SP, composto por 79 famílias e que possui mais de 10 anos de existência oficial, mas ainda não foi emancipado. As informações foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico e documental, de observações diretas e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os/as titulares de 70 lotes no contexto da nossa participação no grupo gestor de um projeto inserido na Chamada PDRS - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/SMA -Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – no Programa Microbacias II, implantado no Assentamento no mesmo período. A análise foi feita por meio de triangulação das fontes e organizada em categorias temáticas que procuraram: a) caracterizar o território e o acesso dos assentados às políticas públicas nele implantadas; b) analisar a configuração e o lugar do trabalho na reprodução social dos trabalhadores; c) refletir sobre as avaliações dos assentados sobre o processo vivido.

1. RURALIDADES PRECÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A região de Ribeirão Preto possui um território rural cujas particularidades das relações econômicas e políticas estão centradas, fundamentalmente, nas agroindústrias de grande escala e nos sujeitos sociais típicos que elas (re)produzem: os trabalhadores não qualificados, do tipo ‘faz tudo’ – porque trabalham, temporariamente, em diversos setores e ramos da economia formal e/ou informal – e ‘andorinha’ – porque transitam entre a cidade e o campo para trabalhar e morar. Este é, em geral, o perfil dos demandantes de terras para reforma agrária nesta região.

Localizado entre Serra Azul e Serrana e há 40 km de Ribeirão Preto, o Assentamento investigado estava imerso em um grande canal entrecortado por condomínios residenciais, duas usinas-destilarias de açúcar e álcool, duas penitenciárias, pequenas áreas de reserva legal e dois outros acampamentos de demandantes de terra que se formaram ao seu lado. Predominante na paisagem, o canal tanto era motivo de preocupação pelos impactos socioambientais que a produção canavieira gerava, quanto de desenvolvimento desta região que, contraditoriamente, apresenta indicadores sociais e índices de vulnerabilidade social discrepantes en-

tre os municípios que a compõem (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). Com os municípios do entorno os assentados mantinham redes de relações para o provimento das suas necessidades econômicas e de saúde, educação, lazer, comércio e serviços diversos. Serra Azul, justamente o município mais pobre de arrecadação, atendia as demandas por atenção básica e emergencial à saúde, educação fundamental e assistência social.

O Assentamento é fruto da ocupação, organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 2000, de uma antiga fazenda produtora de cana-de-açúcar, desapropriada pelo governo paulista devido aos passivos socioambientais. Foi oficializado em 2004, na modalidade PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável, cujas principais diretrizes organizativas legais condicionam a posse da terra à utilização de sistemas produtivos agroecológicos e à organização associada dos assentados (Brasil, 2000)¹. A implantação de um PDS decorre do acesso às políticas públicas destinadas a qualquer outra modalidade de assentamento (Gomes; Ferrante, 2012).

O processo de implantação do Assentamento foi marcado por dois momentos muito distintos, em termos de afinidade ou estranhamento entre os principais agentes sociais envolvidos: órgãos governamentais, movimentos sociais e assentados. O primeiro momento, de 2000 a 2008, abarcou o início da ocupação até pouco depois da oficialização, quando já se tornaram evidentes os impasses da implantação da política de assentamentos rurais no Brasil. As dificuldades de acesso e aplicação dos recursos, que deveriam ser coletivamente planejados e executados, resultaram na insuficiência da infraestrutura de produção e comercialização e desencadearam conflitos entre os agentes que culminaram na negação do MST como principal articulador do processo organizativo.

Informadas pelos programas de combate à fome e à pobreza, como os planos Fome Zero (2003) e Brasil Sem Miséria (2011), nas últimas décadas houve grande proliferação das medidas institucionais para garantir a soberania alimentar, o acesso aos direitos básicos de cidadania e ao consumo. No Assentamento estas medidas dinamizaram o segundo momento do processo organizativo e se traduziram na criação de quatro cooperativas e uma associação para acessar os programas governamentais de aquisição de alimentos e merenda escolar, não sem conflitos que provocaram grande desgaste político e rotatividade na adesão dos associados às organizações. No vácuo da ausência do MST, outros mediadores externos participaram do processo organizativo, desde instituições governamentais como não governamentais: acadêmicas, religiosas, ambientalistas e outros movimentos sociais.

Do conjunto de políticas implantadas no Assentamento, destacamos para a análise neste artigo o Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PBF – Programa Bolsa Família² pela possibilidade, direta e/ou indireta, que eles possuem de gerar renda.

1 Modalidade criada por técnicos ligados à área ambiental e agrária para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terra no sentido de conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável. Para melhor conhecer o processo de implantação dos assentamentos do tipo PDS em São Paulo ver também Borelli Filho e Ferrante (2010), Marques, Lucas e Gaspari (2014), Gonçalves (2015) e Melo (2015), e outros.

2 Desde a criação, em 1996, o Pronaf sofreu inúmeras modificações e tem sido parte importante do sistema de crédito rural brasileiro, porque é o único programa que permite o acesso dos assentados. A partir dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ele passou a integrar o Plano Fome Zero e o Plano Brasil Sem Miséria para, juntamente com o PAA, reforçar o eixo Fortalecimento da Agricultura Familiar. PAA e o PNAE são mecanismos de criação de mercados institucionais para o escoamento dos produtos da agricultura familiar. O PAA foi criado em 2003 para articular os gastos públicos com alimentação à pequena produção de alimentos em nível local. O PNAE foi criado na década de cinquenta, como programa de alimentação da rede de ensino público. No âmbito do Fome Zero ele teve o valor *per capita* repassado ao aluno reajustado em 130%, foi estendido para outros níveis de ensino com a obrigatoriedade de adquirir 30% do total da agricultura familiar. O PBF, criado em 2003, é um programa condicional de transferência de renda para atender famílias pobres ou extremamente pobres, resultado da fusão de outros programas de transferência de renda: o Bolsa Escola (de 2001), o Bolsa Alimentação (de 2001), Cartão Alimentação (de 2003) e Auxílio-Gás (de 2002). Um detalhamento das características desses programas pode ser encontrado em Menezes e Santarelli (2013).

Dos 70 entrevistados, 64 (91%) acessaram o Pronaf, 62 (88%) os Créditos de Custeio e 67 (95,5%) o Crédito Habitação. A maioria acessou o Pronaf pela primeira e única vez em 2005 e, nas safras seguintes, muitos acessaram por duas vezes consecutivas o Crédito de Custeio; o acesso ao Crédito Habitação ocorreu na mesma época.

No que se refere ao Pronaf, os assentados reconheciam que os recursos acessados significaram um “empurrãozinho” ou “ajuda” na fase de oficialização do Assentamento porque, depois de mais de cinco anos vivendo debaixo da lona preta, eles não tinham como (re)começar a vida. As menções aos aspectos negativos abrangeram três tipos diferentes de ideias que se referiam: aos prejuízos por falta de assistência técnica e/ou problemas climáticos; à falta de clareza sobre as regras de acesso e de uso dos recursos e ao temor do endividamento; à obrigatoriedade de usar o sistema de compras e aplicação coletiva dos recursos. Este último foi o principal problema porque não houve tempo para amadurecer um consenso mínimo sobre o que e como fazer. Os assentados explicavam que a má aplicação do dinheiro e a falta de assistência técnica inviabilizaram o investimento em tecnologia apropriada e o desenvolvimento de linhas de produção diversificadas que pudessem dar retorno econômico suficiente para manter as famílias e pagar os empréstimos. Os investimentos foram perdidos pelo mau uso, venda e depreciação das máquinas e equipamentos. O “(...) dinheiro [do Pronaf] virou televisão, panela de pressão, tanquinho de lavar roupas.”

Nem todos os entrevistados tinham clareza sobre a situação das dívidas: nove estavam em dia, 14 em atraso, cinco com parte em dia e parte em atraso e 21, que estavam inadimplentes, quitaram os débitos com 80% de desconto no final de 2014 motivados pelo Decreto 8.177, de 27/12/2013 do Conselho Monetário. Os que acumularam certa reserva de dinheiro ou tinham como obter de outras fontes aproveitaram a oportunidade para negociar a dívida atrasada com desconto atrativo para “limpar o nome”. Os adimplentes revoltaram-se contra o Decreto que beneficiou os inadimplentes: “(...) o próprio governo incentiva a gente a ser caloteiro”; houve quem entrasse em débito para receber o desconto. Lição aprendida: não vale à pena pagar o Pronaf em dia, é preciso esperar uma oportunidade para negociar a dívida. A pergunta sobre a motivação para um novo acesso teve diferentes respostas, baseadas na experiência vivida. As afirmativas estavam condicionadas à liberdade para decidir sobre o que fazer e ter assistência técnica. As negativas continham uma reflexão sobre qual seria o papel do crédito no empreendimento pretendido.

O problema em relação ao Pronaf foi que: “(...) o Incra fecha os carneiros junto com o leão. O leão sobrevive, mas o carneiro não.” A fala alude à assimetria de poderes que permeava as relações entre os assentados, os técnicos e os movimentos sociais. Eles entendiam que a exigência de aplicação coletiva se devia ao descrédito do Estado em relação à incapacidade que, supostamente, eles teriam para aplicar “corretamente” os recursos e gerenciar a dívida. Para demonstrar a sua competência para isto, um assentado que acessou Pronaf pela segunda vez, individualmente, fez o seguinte cálculo: “O trator custou 108 mil reais e, no mínimo, vai dar mil por mês [de retorno]. Preciso economizar 750 reais por mês, 9 mil no ano, em 10 anos 90 mil. A minha dívida é de 86 mil.”

Lamentavelmente, as avaliações dos beneficiários não repercutem no processo de implantação e gestão do Programa. Como revelou o levantamento da produção acadêmica sobre o Pronaf realizado por Mattei (2006), o envolvimento dos beneficiários no processo de definição e implantação das diversas linhas de crédito é extremamente precário, o que torna a gestão social do Programa incipiente e burocratiza o seu funcionamento. Ocorre que, se o Estado “fecha o leão com os carneiros”, obviamente, a voz do carneiro não será ouvida porque ele não sobreviverá às garras do leão.

Além do mau uso dos créditos, os canais disponíveis para comercialização nem sempre contribuíram para repor o capital investido e reiniciar o ciclo produtivo. Das 36 famílias entrevistadas em 2015, 35 (97,5%) comercializavam via PAA, sendo esta a mais importante estratégia, e apenas três (8,3%) também comercializavam via PNAE. Em 2016, o número das que comercializavam por meio do PAA diminuiu de 35 para 23 (65,7%) e o das que comercializavam via o PNAE quintuplicou, aumentando de três, em 2015, para 16 (433%), em 2016. Não é de estranhar que a participação no PAA tenha diminuído de 2015 para 2016 porque neste ano diminuíram os recursos e o número de agricultores cadastrados (Cardoso; Beghin, 2016). Curioso foi o aumento repentino da participação no PNAE que, em 2015, era considerado pelos entrevistados um programa quase inacessível por ser de funcionamento complexo, burocrático e exigente com relação aos tipos e qualidade dos produtos, prazos e regularidade das entregas. Era perceptível a “confusão com as letrinhas”. Embora os entrevistados diferenciasssem os Programas chamando de Conab – Companhia Nacional de Abastecimento o PAA e de merenda o PNAE, pode ser que nem todos soubessem, exatamente, por meio de qual programa estavam comercializando. Participar significava entrega de produtos de acordo com a cota estipulada, não cogestão do processo de implantação dos Programas. Destaca-se que as informações foram obtidas por meio do depoimento dos assentados, e não da consulta aos documentos das cooperativas que os representavam e/ou das bases de dados oficiais, porque o objetivo era o de compreender como eles vivenciavam e explicavam o funcionamento dos Programas.

A comercialização com os intermediários (atravessadores) era a segunda estratégia mais importante, utilizada por mais de 70% dos entrevistados. Estes personagens, comuns no Assentamento, eram de dois tipos: os “de dentro”, assentados que tinham pequenos veículos apropriados para transportar mercadorias e comercializavam não só a própria produção, mas também compravam dos demais; e os “de fora”, feirantes, ambulantes ou pequenos comerciantes do entorno que abasteciam os seus negócios com a produção do Assentamento. Aproximadamente, 30% dos entrevistados desenvolvia esquema próprio de comercialização com os atravessadores e/ou comercializavam, diretamente, nas margens da rodovia que corta o Assentamento e nas imediações do vizinho Presídio de Serra Azul que proporcionava público cativo de consumidores. A disputa pelo “melhor ponto” de venda causava conflitos. Os que tinham o privilégio de ter o lote próximo ao Presídio construíram barracas que locavam para os vendedores de refeições em marmitas e outros gêneros alimentícios, e exploravam a locação de vagas para estacionamento e para a colocação de barracas de *camping* para os visitantes.

O PAA era visto como um canal de comercialização mais seguro, cômodo e com preços atrativos, menos exigente em relação à qualidade e que aceitava uma grande diversidade de produtos. “Se não fosse a Conab, o que seria?” (...) “Dinheirinho que vem no fim do ano que salva a gente”. Mas, a confiança no Programa como mecanismo de estruturação da produção e da comercialização era abalada por diferentes razões: o baixo montante das cotas, o curto período de manutenção do Programa no ano agrícola, o descompasso entre o momento da colheita e o da aprovação dos contratos, a morosidade e os custos financeiros da burocracia, a percepção de irregularidades no funcionamento, os privilégios recebidos pelos que estavam, politicamente, mais próximos dos dirigentes das cooperativas e, principalmente, as incertezas em relação às renovações de contrato e aos constantes atrasos de pagamentos: “(...) às vezes ajuda, às vezes atrapalha.”; “Para mim é um prego no sapato (...) É bom, quando o dinheiro chega (...) não é uma coisa de confiança, a gente não pode fazer uma compra, uma prestação porque não tem dia certo para pagamento.”; “Ajuda, mas não é assim: ohhh!”; “(...) ela vem num período em que o povo não tem condição de produzir [fora do calendário agrícola], esse é o problema da Conab.”

Esses problemas, recorrentes ao longo dos anos de implantação do Programa, não permitiam que os trabalhadores tivessem com ele uma relação de exclusividade para comercializar os produtos. “(...) demora a pagar e paga pingado. Atravessador é o que garante o dia a dia.” Como diziam, o atravessador “salva do sufoco”, mas a prudência mandava considerar também as incertezas inerentes ao comércio de rua. Equacionando as vantagens e desvantagens de cada esquema de comercialização, eles planejavam a economia doméstica. A comercialização direta, com atravessadores ou não, mesmo informal, provisória e incerta, mantinha a rotina doméstica de gastos porque era venda à vista, dinheiro “vivo” que caía diretamente no bolso. Devido aos atrasos nos pagamentos, a comercialização por meio do PAA funcionava mais como uma espécie de “poupança”, pois o montante acumulado era pago de uma só vez, o que possibilitava pagar dívidas ou investir no lote. Financeiramente, comercializar via PAA era considerado muito vantajoso, mesmo com os atrasos, porque os preços praticados eram superiores aos dos mercados e os assentados aprenderam a utilizar o “dinheiro reunido” como “poupança”.

O principal problema apontado pelos entrevistados estava no funcionamento cotidiano do Programa. Havia um “jogo de empurra” sobre de quem seria a culpa dos atrasos: os assentados responsabilizavam os dirigentes das cooperativas; estes responsabilizavam os assentados ou os funcionários dos escritórios contábeis que providenciavam os documentos ou os técnicos da Conab. “Como que eu avalio este projeto? A gente entrega as coisas mas, olha! o pagamento demora demais.”; “(...) burocracia de documento que é o mais complicado de tudo”.

O controle social sobre as políticas implantadas era, praticamente, inexistente. Evidenciou-se o grau de desinformação heterogêneo entre os entrevistados sobre os seus direitos, as regras e o modo de funcionamento das políticas que os beneficiavam. No geral, eles desconheciam: as modalidades de concessão dos recursos, fundos perdidos ou créditos; quem eram os seus credores, as formas de reajuste e o montante da dívida; nem sempre sabiam o nome da cooperativa a qual estavam filiados e referiam-se ao nome do presidente para denominá-la; participavam do PAA há muito tempo, mas não conheciam os motivos dos atrasos de pagamento e com quem dividiam as cotas, entre outras questões, que os tornavam presas fáceis para os aproveitadores. Documentos eram assinados sem que eles conhecessem o conteúdo, os mesmos papéis eram assinados várias vezes sob a alegação de que as assinaturas anteriores foram invalidadas.

Cresciam as dúvidas e as desconfianças dos assentados em relação às pessoas e às instituições governamentais e comunitárias, o número de denúncias e de reclamações que circulavam entre eles. Prevalcia um tipo de controle social insuficiente para garantir democracia e equidade na distribuição dos recursos, porque estava baseado nas denúncias informais feitas no espaço privado, no âmbito da própria família e nas rodas de conversas entre amigos, o que alimentava os conflitos e o processo de fragmentação política. Revelava-se uma grande assimetria de poderes: de um lado, a comunidade vulnerável e, de outro, poderes que combinavam posturas tecnicistas, políticas e messiânicas.

Os recursos existiam, mas chegavam lentamente, aos pedaços e sem a devida sincronia entre planejamento e aplicação por causa da burocracia e das questões político-partidárias que interferiam na gestão pública. Eram sempre insuficientes para repor a crônica descapitalização (material e simbólica) dos assentados e gerar trabalho estável e renda no Assentamento. De alguma forma, eles impulsionavam o desenvolvimento de uma economia de subsistência, porém, como o controle social sobre as formas de aplicação era frágil, os projetos nem sempre respeitavam as especificidades mercadológicas locais e regionais. A falta de assistência técnica e de preparação dos assentados para a gestão dos seus negócios provocava endividamento, falência e abandono dos projetos.

Outra parte da renda das famílias era oriunda dos programas de proteção social que integravam o sistema nacional de políticas sociais (Brasília, 2011), entre eles, o PBF, as aposentadorias e pensões. 30 das 70 famílias (43%) tinham pelo menos um dos membros aposentado por idade, tempo de serviço ou invalidez; nove (13%) tinham, pelo menos, um pensionista, oito (11,4%) havia recebido ou recebia outros tipos de benefícios sociais, podendo uma mesma família ter acesso a mais de um benefício. Das 70 famílias entrevistadas, 26 (37%) não recebia nenhum benefício no momento da entrevista, mas referiram ter tido no passado. Benefícios do tipo auxílio-doença, jovem aprendiz, pensão alimentícia, Ação Jovem, Cartão Cidadão foram citados com menor frequência.

Quanto ao PBF, as famílias beneficiárias somavam 25 (36%) do total no período de realização das entrevistas, mas muitos entrevistados referiram tê-lo recebido no passado e perdido sem saberem o motivo, o que indica a falta de clareza sobre os critérios de concessão e retirada. A participação neste Programa garantia os itens de alimentação não produzidos no lote e material escolar. “Bolsa Família, graças a Deus! e Bolsa Escola”; “(...) ajudam porque a gente não tira dinheiro por mês, não tem renda fixa.”; “(...) significa muito, ajuda. A gente conta com esse dinheirinho, é do pão da criança, do leite, da bolacha, do material para ajudar na escola.”; “Não tem renda nenhuma, não tem salário, só de Deus.” Além de significar “ajuda” e uma espécie de “renda fixa” os recursos eram importantes porque a instabilidade da produção e da comercialização, assim como as incertezas para obter e manter os empregos nas cidades, fazia do PBF uma espécie de porto seguro, onde as famílias poderiam ancorar o barco e evitar que ele afundasse totalmente.

Entender o que é direito como “ajuda” significa que os recursos, em si, eram insuficientes para resolver os problemas estruturais, eram paliativos que minimizavam as carências, mas geravam dependência. Funcionavam como uma espécie de *feitiço da ajuda* (Mota, 1987), porque a “assistência aos carentes” não liberta os trabalhadores da pobreza, mas os prendem, cada vez mais, aos esquemas de controle político dos pobres (Santos; Santana; Paiva, 2013). A falta de clareza sobre os mecanismos de concessão e de retirada de benefícios era ingrediente importante para manter a eficácia do feitiço. Com ares de modernidade no discurso governamental e pautadas em concepções exógenas de desenvolvimento rural, na prática, o PBF acabava reproduzindo a [secular] cultura assistencial paternalista vigente na sociedade brasileira, na qual a ideia de ajuda ancora-se, reforçava a heteronomia e a condição de “assistidos”.

Em suma, os problemas de infraestrutura que afetavam a vida econômica e social dos assentados, provocados pelo modo lento, burocrático e descompassado do processo de implantação das políticas públicas, aliados aos problemas políticos e relacionais gerados no processo organizativo dos assentados para acessá-las, os levavam a buscar alternativas econômicas fora do Assentamento.

2. QUE TRABALHO? UM CALEIDOSCÓPIO DE POSSIBILIDADES

Os depoimentos e a convivência com os assentados revelaram haver um mundo do trabalho, agrícola ou não, ativo e intenso no interior do Assentamento. Havia uma diversificada combinação de formas de trabalho sustentadas por uma complexa rede de relações estabelecida com as cidades do entorno. O trabalho não tinha idade, sexo, tempo ou espacialidade definida, mas tinha como característica principal a informalidade dos vínculos e a precariedade das condições de realização.

O trabalho no campo envolvia, principalmente, os homens em idade produtiva auxiliados pelos idosos aposentados ou desempregados, pelos jovens que não conseguiam trabalho na

cidade por não terem idade, qualificação e experiência, pelas mulheres que nunca haviam trabalhado fora de casa ou que estavam desempregadas. A produção agrícola consistia, basicamente, de mandioca, banana e hortaliças, frutas e legumes e realizava-se por meio de base técnica artesanal auxiliada por tratores contratados de terceiros somente para a preparação do solo. A falta de assistência técnica e de infraestrutura comprometia o volume e a regularidade da produção, especialmente no período da estiagem, o que tornava incerta a renda familiar oriunda da produção agrícola.

O assalariamento temporário era uma forma de trabalho utilizada, dentro e fora do Assentamento, com o intuito de suprir as necessidades básicas e até formar um pequeno capital para investir no lote. No dia a dia, observava-se um intenso movimento financeiro de pequenos valores, que envolvia os assentados entre si e a vizinhança para negociar produtos e serviços. Jovens e idosos revendiam gêneros alimentícios industrializados e outros produtos de utilidade doméstica dentro do próprio Assentamento ou nas imediações. Configurava-se um mercado de trabalho informal onde, nas palavras dos próprios trabalhadores, as pessoas ‘se viram’, ‘dão uns pulos’, ‘fazem bicos’.

O trabalho na cidade era mais comum entre as mulheres e os jovens de ambos os sexos. O quadro abaixo mostra a diversidade de atividades profissionais realizadas pelos membros das famílias entrevistadas.

QUADRO 1 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS URBANAS REALIZADAS POR MEMBROS DAS 70 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, EM 2015 E 2016

INDÚSTRIA	EMBRAMAQ (RP), EUROFARMA (RP), FABRICANTE DE PEÇA DE MOTO (RP), MARCENEIRO (RP), METALÚRGICO (RP)
Comércio e Serviços	cabeleireira (RP), camareira de hotel (RP), comércio de brindes (RP), caminhoneiro (RP), CPFL (RP), concerto de trator (vários locais), construção civil (RP), departamento financeiro de hospital (RP), diarista faxineira (RP), diarista na lavoura (dentro ou fora do Assentamento), escola do assentamento (SA), empregada doméstica (RP), faxineira no <i>shopping</i> (RP), instalador de cerca elétrica (RP), jardineiro (RP), lanchonete (RP), montador de antena da Claro (RP), monitora de ônibus escolar da Prefeitura Municipal de Serra Azul (SA), pintor de parede (RP), professora da escola do assentamento (SA), operador de máquinas agrícolas (vários locais), pedreiro (RP), recepcionista de motel (RP), repositor de supermercado (RP), transportadora (RP), técnica CRAS (SA), técnico IBS (RP), telefônica (RP), tratamento de esgoto no CDP – Centro de Detenção Provisória (SA), segurança (SA), serviços gerais na Unaerp (RP), Socicam (RP), Vivo (RP), Programa 1º. Emprego (SA)
‘Bicos’	eletricista, encanador, servente pedreiro, faxineira, jardinagem, borracheiro, construção civil, “de um tudo”, “quase tudo”

Fonte: Trabalho de campo (2015-2016)
RP – Ribeirão Preto; SA – Serra Azul

Predominavam atividades no setor de comércio e serviços da cidade de Ribeirão Preto. As mulheres, geralmente, eram diaristas e prestavam serviços de limpeza em domicílios ou estabelecimentos comerciais (faxineiras); os jovens trabalhavam no comércio (bares e lanchonetes), na indústria (metalúrgico, mecânico) e no setor de serviços (motoristas, pedreiros, seguranças). Foi difícil obter informações mais precisas sobre a situação dos que trabalhavam nas cidades. Os entrevistados nem sempre foram os próprios trabalhadores, mas os/as titulares dos lotes que nem sempre sabiam o nome correto da empresa, o tipo de trabalho exercido e as condições de contratação. Havia também um grande receio de confessar que as pessoas da família trabalhavam fora do Assentamento, porque uma das condições para ser assentado é, de fato,

ocupar o lote desenvolvendo produção agrícola familiar, agroecológica e cooperada. Portanto, a diversidade de atividades poderia ser ainda maior. O trabalho urbano também era visto como “ajuda”, estratégia provisória e complementar de subsistência econômica mantida como forma de permanecer no Assentamento, onde havia moradia e segurança alimentar.

Em suma, a configuração do trabalho parecia um caleidoscópio, cujo movimento que definia as atividades para o conjunto das famílias era condicionado por múltiplas ausências: de recursos para investir na produção agrícola; de assistência técnica constante e voltada para os interesses e possibilidades de produção e comercialização dos assentados; de canais seguros de comercialização; da oferta de empregos no mercado de trabalho (rural e urbano) nas cidades do entorno; e pela existência dos dispositivos legais e institucionais de restrição ao uso dos recursos naturais impostos pelo tipo de assentamento (PDS). Para cada família, este movimento dependia ainda do número de braços disponíveis para trabalhar no campo e na cidade, das características dos seus membros em termos de idade, escolaridade e experiência de trabalho, das expectativas e dos projetos de trabalho e de vida que cada um construía para si. As imagens mais evidentes do caleidoscópio eram formadas, principalmente, por famílias que possuíam: 1. Todos os membros trabalhando, exclusivamente, no campo; 2. Parte dos seus membros trabalhando, exclusivamente, no campo e parte, exclusivamente, na cidade; 3. Membros que trabalham, sazonalmente, no campo e/ou na cidade, dependendo das condições favoráveis do clima para produção agrícola e da oferta de empregos no mercado de trabalho, rural e/ou urbano; 4. As situações 2 e 3 combinadas na mesma família.

Segundo Rodrigues (2009), a lógica da tecnificação que invadiu o campo nas últimas décadas tem imprimido ao trabalho rural as mesmas características do urbano, quais sejam: a heterogeneidade de tipos de trabalhadores, o contraditório movimento entre qualificação de certos trabalhadores e não qualificação de outros, o crescimento do contingente de assalariados no setor de serviços, a precarização das relações de trabalho em que a força de trabalho somente é ocupada quando não é possível mecanizar, e a *pluriatividade* – entendida como combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas dentro e/ou fora da propriedade rural para complementar a renda. Para esta autora, a *pluriatividade* pressupõe um certo grau de capitalização para que a mecanização da propriedade rural libere parte da força de trabalho agrícola, que passa a exercer outras atividades não agrícolas para elevar a renda familiar, e é positiva porque é capaz de conter o êxodo rural e o desemprego.

Cabe questionar se, no caso dos assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, a combinação de diferentes estratégias de obtenção de renda desenvolvidas pelos assentados pode ser chamada de *pluriatividade* e se a contenção do desemprego e do êxodo é real. Isso porque, diante da falta de perspectiva de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, tem-se um movimento pendular e cotidiano campo-cidade-campo que os leva ao mercado de trabalho, formal temporário e/ou informal. Para Firmiano (2014), nesses assentamentos, trata-se de vender a força de trabalho nas cidades ou nas agroindústrias do entorno nos momentos de necessidade e não de criar alternativas que combinem atividades agrícolas e não-agrícolas. É, portanto, *reproletarização*, processo que ocorre quando o trabalhador rural, depois de assentado ainda depende do mercado de trabalho urbano e/ou rural, formal ou informal para sobreviver, em razão da precariedade da condição de trabalho e de vida no assentamento, o que pode acarretar a perda da possibilidade de ter controle sobre o processo de reprodução social.

Concordando com este autor, porque no caso analisado, a falta de capital para investimento não criava condições de infraestrutura para o desenvolvimento constante da produção agrícola ao longo do ano. As atividades não-agrícolas significavam ‘se virar’, ‘dar uns pulos’ e, juntamente com os benefícios assistenciais, elas apenas contribuía para complementar a renda de modo a manter a família no Assentamento, onde havia moradia e um mínimo de segu-

rança alimentar. Além disso, ao ocuparem a área, os assentados buscavam fugir da insegurança do assalariamento e da precariedade do modo de vida urbano e, por meio do acesso à terra, esperavam recuperar o controle sobre as suas vidas e o seu próprio trabalho. Como mostram Scopinho (2012) e Severi (2012), na época da ocupação, as principais expectativas em relação ao futuro Assentamento eram as de ter moradia fixa, mesa farta e saudável, segurança social e autonomia produtiva.

Scopinho (2012), reconstruiu as trajetórias de migração das famílias e mostra que elas eram originárias de 106 diferentes cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) situam-se no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), além de vários outros estados nordestinos em menor proporção. Depois de deixarem as cidades de origens, as famílias passaram por 234 outras diferentes cidades localizadas em 20 diferentes estados brasileiros. A migração ocorreu, principalmente, pelas cidades do interior de São Paulo (39%), do Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%). Quanto às trajetórias de trabalho dos que pretendiam a titularidade dos lotes, a autora mostra que, entre as atividades urbanas, predominavam aquelas do setor de serviços (69,2%), seguidas das industriais (19,2%) e do comércio (7,7%); entre as atividades rurais, predominavam os serviços especializados (69,2%), seguidos dos serviços gerais (30,8%). Eles eram, tipicamente, prestadores de serviços na cidade ou no campo, envolviam-se em uma ampla gama de atividades em diferentes ramos da economia formal e informal, faziam “bicos” para lidar com o desemprego.

A configuração do trabalho no Assentamento assemelha-se àquela encontrada nas trajetórias dos acampados antes da sua formalização. As experiências de trabalho e vida das famílias continuavam marcadas pela migração em busca de trabalho e pelo desenvolvimento de atividades em diversos setores e ramos da economia que não requerem escolaridade e/ou qualificação e indicam a inserção em relações e condições de trabalho, tipicamente, precárias. Conforme define Kalleberg (2009), *trabalho precário* é sinônimo de trabalho formal temporário, informal ou autônomo realizado com meios de produção e relações contratuais precárias que põe em risco a saúde e a segurança de quem trabalha. Para este autor a marca distintiva do trabalho precário é a insegurança social dos trabalhadores porque os riscos da atividade são assumidos, exclusivamente, por eles posto que estão à margem dos sistemas de proteção social. O trabalho precário, pelas suas características, inviabiliza a existência e a manutenção de projetos de vida de longo prazo e cria um modo de viver que caracteriza um constante ir e vir na busca pela sobrevivência.

Pela forma como as políticas públicas foram implantadas, os assentados vivenciavam também a precariedade da própria condição de vida no Assentamento, que Bourdieu (1998) e Castel e Haroche (2001) definem como um modo de vida caracterizado por uma situação geral de escassez de recursos materiais e simbólicos, pela ausência de condições que permitam ao sujeito viver com segurança e ser ativo no mundo. As consequências psicossociais desta forma de trabalhar e viver são danosas para os sujeitos. Para Bourdieu (1998), a precariedade é típica de um modo de dominação que deixa os sujeitos em estado geral e permanente de submissão e aceitação da ordem social excludente. A insegurança objetiva e a subjetiva são indissociáveis porque a primeira não permite elaborar projetos de vida de longo prazo, o que priva os sujeitos das estruturas temporais que organizam a vida social, degradam as relações que eles estabelecem com os outros e com o mundo e afetam, direta e/ou indiretamente, os que com eles convivem.

Era, exatamente, desta condição que as famílias procuravam fugir ao aderirem à luta pela terra. As chamativas do MST ao realizar o trabalho de base nas periferias urbanas da região de Ribeirão Preto no final dos anos noventa, encontravam eco no esgotamento causado pe-

la migração contínua, pelo trabalho superexplorado e pela violência (real e/ou simbólica) cotidianamente vivida. Poucas famílias aderiram à luta pela terra por convicção política da necessidade de realizar a reforma agrária no país. Pelo contrário, elas estavam motivadas pela possibilidade de voltar a viver em território próprio, dele extrair o necessário para o sustento e nele aglutinar os familiares dispersos pela necessidade de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como as políticas públicas foram implantadas no Assentamento não alterou, estruturalmente, a condição de vida dos que foram assentados posto que não logrou gerar trabalho e renda estável, embora tenha contribuído para aliviar os problemas de falta de moradia e de segurança alimentar. Na explicação sobre como essas políticas participavam da reprodução da vida cotidiana, as palavras mais ouvidas foram “ajuda” – que remete a uma percepção assistencialista delas – e “não sei” – que revela a fragilidade do controle social exercido pelos assentados no processo de implantação e gestão. Eles *reproletarizavam-se* para complementar a renda familiar, obter um recurso adicional para investir na produção agrícola, para pagar uma dívida, para resolver uma emergência financeira, entre outros motivos ligados à reprodução social do grupo familiar.

Porém, nem mesmo articuladas, essas estratégias garantiam as condições objetivas para projetar a vida e o futuro, o que gerava um sentimento de desamparo e de impotência, desgaste que afetava diferentemente cada um. Atingia, sobretudo, o processo de organização do grupo que, aos poucos, vinha perdendo a unidade política e, cada vez mais, investia nas ações individuais em detrimento das coletivas. Apesar de ‘se virarem’, ou seja, de articularem um conjunto de estratégias de reprodução social, os assentados não logravam alterar a condição social marcada pela precariedade, pela insegurança e pela fragilização dos vínculos políticos necessários para o processo de emancipação. Eles se movimentavam sem sair do lugar, da posição social em que sempre estiveram. De boias-frias, nas décadas de oitenta e noventa, a Sem Terra e assentados, nas primeiras décadas deste século, eles continuavam a saga da luta pela sobrevivência cotidiana, porém, atualmente “(...) com duplo estatuto de trabalhadores e de assistidos” como refere Filgueiras (2017, p. 24).

O estudo deste caso reforça a necessidade de analisar as estratégias de reprodução social de assentados rurais no atual contexto de desmonte das políticas públicas para o campo, de desregulamentação e flexibilização das legislações trabalhista e previdenciária no país.

Agradecemos o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Recebido em: 17/02/2017

Aprovado em: 02/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice Paulista de Responsabilidade Social, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.indices-ilk.al.sp.gov.br/view/index.php>>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- BORELLI FILHO, D.; FERRANTE, V. L. S. B. O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: 48º CONGRESSO DA SOBER, 2010, Campo Grande. *Anais do 48º. Congresso da Sober*. Campo Grande, 2010. CD-ROM.
- BOURDIEU, P. A precariedade está hoje por toda a parte. In: _____ (Org.). *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.119-127.
- BRASÍLIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2016.
- CARDOSO, A.; BEGHIN, N. PAA: uma promessa sob ameaça. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2016. (Nota Técnica 188).
- CASTEL, R.; HAROCHE, C. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayard, 2001.
- FILGUEIRAS, C. A. C. Ser trabalhador e ser assistido: fronteiras permeáveis na questão social. *Revista Brasileira de Sociologia*, Viçosa, v.05, n.09, p.09-32, jan.-abr, 2017.
- FIRMIANO, F. D. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. Araraquara, 2014. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- GOMES, T. P. de S.; FERRANTE, V. L. S. B. Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v.15, n.01, p.157-185, 2012
- GONÇALVES, J. C. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: retóricas e realidades em movimento*. São Carlos, 2015. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.
- GRISA, C.; SCNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v.52, Supl. 1, p.S125-S146, 2014.
- KALLEBERG, A. O crescimento do trabalho precário. Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.24, n.69, p.21-31, fev. 2009.
- L'ESTOÏLE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A. de; GASPARI, L. C. de. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, v.17, n.1, p.161-177, 2014.
- MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa*. Brasília: MDA/SAF, 2006.
- MELO, T. G. de. Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. São Carlos, 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos.
- MENEZES, F.; SANTARELLI, M. *Da estratégia "Fome Zero" ao plano "Brasil Sem Miséria": elementos da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.
- MOTA, A. E. da. *O feitiço da ajuda*. As determinações do Serviço Social na Empresa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- RODRIGUES, V. L. G. da S. *Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal*. Brasília, MDA, 2009.

SANTOS, L. T. dos; SANTANA JÚNIOR, G.; PAIVA, D. M. O Banco Mundial e as políticas de combate à pobreza na América Latina: uma análise crítica sobre seus relatórios de 1999 a 2006. *Revista Debate Econômico*, Alfenas, v.01, n.01, p.102-123, 2013.

SCOPINHO, R. A. *O processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.

SEVERI, F. C. *Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.